

DO ALUNO SURDO AO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM: SIGNIFICANDO RELAÇÕES

João Kaio Cavalcante de Moraes

(Kaio-ca-valcante@hotmail.com)

Josivan Fernandes de Araújo Júnior

(Josivan_junior14@hotmail.com)

Prof^ª. Esp. Mariana Queiroz Orrico de Azevedo

Orientadora IFRN-Campus EaD (mariana.orrico@ifrn.edu.br)

RESUMO

O processo de inclusão escolar refere-se à prerrogativa de oferecer aos alunos as condições necessárias para o seu desenvolvimento, inclusive aos que possuem deficiência auditiva. Estes, por sua vez, apresentam um comprometimento fisiológico nas funções auditivas, tornando desfavorável a percepção dos sons da fala e seu reconhecimento. Diante disso, ao serem incluídos no contexto escolar, se faz necessário de uma intérprete que se comunique a partir do bilinguismo. No entanto, percebemos que no Brasil, esse processo de inclusão do surdo ainda encontra-se em um processo de aplicabilidade apresentando muitas falhas, uma vez que não asseguram o processo de aprendizado dos alunos com necessidades educacionais especiais. Portanto, esse trabalho tem como objetivo analisar o processo de ensino e aprendizagem de um aluno surdo em uma escolar regular pública de ensino, localizada em Macau/RN. Para isso, utilizamos a observação e a entrevista semiestruturada como instrumentos para obter os dados, conseqüentemente, essa pesquisa configura-se como qualitativa. Os resultados mostram um aluno diagnosticado como surdo congênito inserido no contexto escolar acompanhado por uma intérprete que se comunica através do bilinguismo. Apesar disso, notamos um despreparo do professor no que se refere às adaptações pedagógicas para atender as necessidades educacionais desse aluno.

Palavras-chaves: Deficiência auditiva, Inclusão, Processo de Ensino e Aprendizagem.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão escolar, como paradigma educacional tem como finalidade o desenvolvimento de uma escola que tenha um caráter acolhedor, no qual, não existam critérios ou exigências de natureza alguma, não proporcionem de maneira nenhuma a seleção ou discriminação para o acesso e a continuação com sucesso de todos os alunos (ALVES e BARBOSA, 2014).

Entende-se que estes alunos são crianças, adolescentes, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais cujas essas necessidades educacionais tenham relação com alterações determinadas, ou não, por deficiências sensoriais, limitações, condições e / ou disfunções no processo de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. (SÃO PAULO, 2007)

Nesse contexto, Agora se tratando mais especificamente da surdez é uma condição de privação sensorial da modalidade auditiva que pode variar em função da intensidade sonora (decibéis) que o sujeito processa (VERDU; SOUZA e BEVILACQUA, 2008). Com isso, deficiência auditiva, na qual, ela acarreta várias limitações para o processo de desenvolvimento do indivíduo. Ao considerar que a audição é fundamental para a obtenção da linguagem falada, sua deficiência influencia no relacionamento deste indivíduo com sua família e cria lacunas nos processos psicológicos de integração de experiências, afetando de forma a desequilibrar a capacidade típica de desenvolvimento da pessoa (REDONDO; CARVALHO, 2000).

Portanto, conceituar deficiência auditiva em um determinado contexto histórico, social ou educacional não é uma tarefa simples, pois requer conhecimentos dos diferentes graus de perdas auditivas do sujeito. Quando nos reportamos aos aportes teóricos dos estudiosos (citar os autores), percebemos que os mesmos, na maioria das vezes, divergem em suas falas quando a questão é conceituar deficiência auditiva.

Partindo desse princípio, encontramos na fala de Marchesi (2004) uma definição simples e muito esclarecedora. O autor afirma que a deficiência auditiva é qualquer alteração produzida tanto no órgão da audição como na via condutiva, comprometendo assim, as funções naturais da audição. Uma pessoa surda por sua vez, é aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o ambiente social em que está inserida por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

Fortes (2014) chama atenção para uma questão muito importante, ela ressalta que existem dois tipos de nomenclatura, a deficiência auditiva e a surdez. Ainda salienta que a surdez faz parte da deficiência auditiva, mas, para a comunidade surda, uma pessoa com deficiência auditiva não é surda, é aquela que tem um resíduo auditivo. Surdo é aquele que tem perda auditiva e faz uso da língua de sinais para se comunicar e interagir com o mundo.

Com relação a classificação, o autor Marchesi (2004) pontua que existem 3 (três) formas de classificar a deficiência auditiva, ela pode ser condutiva, neurossensorial ou mista. Todas elas estão relacionadas com a localização e origem da lesão. Fortes (2014) por sua vez, lembra que esses danos tem duas causas, a congênita e a adquirida. A primeira pode ser por hereditariedade e a segunda pode ser causada principalmente pela meningite, ingestão de remédios tóxicos, exposição a sons impactantes dentre outras causas que não estão ligadas as questões genéticas.

Com relação ao tipo de atendimento educacional para a pessoa com deficiência auditiva nos reportamos a três tendências educacionais: a oralista, a comunicação total e o bilinguismo (FORTES, 2014). O autor Inácio (2014) discorre sobre o conceito de oralismo lembrando que este está muito ligado a leitura labial, já a comunicação total mostra-se numa perspectiva contrária ao oralismo, uma vez que defende todos os mecanismos disponíveis, tal como linguagem gestual-visual, textos orais, escritos, com vistas a potencializar as interações sociais. Diferentemente do oralismo e do bilinguismo considera o canal espaço-visual como elemento essencial para a aquisição de linguagem pelo surdo.

O oralismo, a comunicação total e o bilinguismo, no contexto histórico, sempre estiveram relacionadas a forma como as pessoas se preocupavam com o atendimento educacional do deficiente auditivo, sobretudo dos surdos. Percebemos, ao longo desse processo, que o avanço do pensamento científico contribuiu de forma significativa nessa questão, uma vez que aconteceu uma maior preocupação com a questão da inclusão desse aluno na escola.

Além desse atendimento educacional voltado para a pessoa com deficiência na escola, ainda observamos uma necessidade dos professores se adequarem as necessidades especiais do aluno com deficiência no ambiente escolar. Em outras palavras, desenvolverem adequações de caráter pedagógicos com intuito de potencializar a aprendizagem do aluno com deficiência. Partindo desse princípio, o aluno surdo deve ter acesso aos conhecimentos por meio das LIBRAS e da língua de sua origem, no caso, dentro dos princípios do bilinguismo.

Fortes (2014) ressalta que o trabalho pedagógico precisa de objetivos claros, no qual, para tanto, é necessário o conhecimento sobre as questões em torno da surdez, considerando

elementos individuais e intrínsecos da pessoa com deficiência. Em outras palavras, não existe uma receita na qual podemos encontrar uma forma adequada de adaptar o fazer docente as necessidades do aluno, pois ele é um ser social, dotado de peculiaridades que o faz único, pensando dessa forma, assim como os alunos ouvintes, os deficientes auditivos precisam ser entendidos como sujeitos do seu próprio saber.

No que se refere ao processo avaliativo, ele precisa considerar o processo de ensino e aprendizagem, ponderando que a própria língua de sinais, no caso, a Libras, tem uma cultura e significados diferentes da língua portuguesa, por isso o professor não deve focar a sua avaliação nos erros da estrutura da língua portuguesa, mas sim enfatizar o que o aluno realmente aprendeu (FORTES, 2014).

Dessa forma, entendemos que a deficiência auditiva é um comprometimento das funções dos órgãos auditivos e ao longo do processo histórico a forma como essas pessoas foram atendidas nas escolas estiveram sempre muito relacionadas ao processo de inclusão. Além disso, entendemos que as adaptações pedagógicas para atender ao aluno com deficiência em sala de aula estão muito relacionadas com o bilinguismo, uma vez que o aluno precisa ser alfabetizado em libras e na língua portuguesa.

1.1 OBJETIVOS

Objetivo geral

Analisar como ocorre o processo de ensino e aprendizagem de um aluno surdo, em uma escola da rede pública da cidade de Macau/RN.

Objetivos específicos

- (a) Verificar a estrutura física e os recursos humanos disponibilizados para o aluno surdo na escola.
- (b) Conhecer a proposta política-pedagógica da escola para os alunos surdos.
- (c) Descrever o aluno analisando suas características.
- (d) Realizar observações em sala de aula comum.

1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Foi utilizado o método observacional que consiste em adquirir o conhecimento pela observação do objeto e de seu contexto. Pode-se dizer que o método observacional é o início de toda pesquisa científica. A observação das atividades comuns do dia-a-dia não deve ser confundida com a observação como método (SÃO PAULO 2013). Partindo dessa premissa, entendemos que essa investigação configura-se em uma abordagem qualitativa, uma vez que buscamos descrever a complexidade de um problema a partir das percepções empíricas do ambiente e/ou sujeito investigado (GRESSLER, 2007)

Para a coleta de dados verificou-se as escolas comuns e instituições especializadas que atendiam alunos com necessidades educacionais especiais, mais especificamente com surdez. Além disso, foi realizada uma identificação da escola incluindo a descrição de sua estrutura física, de funcionamento e recursos humanos disponibilizados bem como uma análise dos aspectos político-pedagógico que façam referência ao processo de inclusão do aluno surdo na escola. Também, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os professores, gestores e intérprete, da escola a fim de traçar melhor um panorama do processo de ensino e aprendizagem do aluno na escola comum.

Em relação ao participante foi realizada uma caracterização do aluno traçando um perfil do mesmo contendo idade, diagnóstico, breve histórico, características gerais (linguagem, habilidades motoras, cognição, habilidades sociais, comportamento, etc). E uma observação participante, também, foi realizada. Essa observação aconteceu numa escola de ensino público, localizada na cidade de Macau/RN, na data 10 (dez) de setembro de 2014 (dois mil e quatorzes), com duração de 1 (uma) hora e 30 (trinta) minutos. A aula em que foi realizada a observação foi a da área de conhecimento da Geografia.

Nessa observação participante buscou-se descrever o ambiente no qual o aluno estava desenvolvendo as atividades, as pessoas que estavam presentes, a atividade realizada pelo aluno bem como levar os pesquisadores a refletir sobre o que interfere, o que favorece e propor alternativas junto aos professores do aluno que possibilite um melhor ensino e aprendizado para o participante.

3 RESULTADOS OBTIDOS E DISCUSSÕES

Como podemos perceber no decorrer do texto, o processo de inclusão, sobretudo, do aluno com deficiência auditiva nas escolas do Brasil ainda precisa ser repensado uma vez que esses ambientes de aprendizagem ainda não apresentam todas as ferramentas necessárias para que o aluno com deficiência aprenda. Dessa forma, nos propusemos a observar o processo de ensino e aprendizagem de um aluno com deficiência auditiva em uma sala de aula regular pública. O aluno observado cursa a 3º (terceira) série do ensino médio na Escola Estadual Coração Verde¹, localizada no município de Macau-RN, no bairro Porto de São Pedro, apresentando-se como uma das maiores escolas da cidade.

Durante o período de observação, percebemos que a estrutura da escola não apresenta as condições ideais para que o processo de ensino e aprendizagem aconteça, nem tão pouco, estão adaptadas aos mais variados tipos de deficiência, inclusive a auditiva. O que notamos foram salas simples, com ventiladores danificados, materiais básicos e substancial para que o processo de ensino e aprendizagem aconteça. Além disso, a sala não é forrada, as janelas, algumas, apresentam-se danificadas, não existe circulação efetiva de ar, ficando muito abafado o ambiente escolar.

As autoras Beltrame e Moura (2014) alertam que esses problemas podem ser observados em várias escolas brasileiras. Elas comentam que as instituições de ensino apresentam uma série de problemas ligados a segurança, conforto e comunicação visual. Comentam ainda que uma unidade escolar que tenha uma infraestrutura adequada, contemplando o conforto dos alunos e a adequação dos espaços é considerada mais apropriada para a efetivação do processo de ensino e aprendizagem. Por fim, asseguram que certas condições desfavoráveis de conforto e infraestrutura podem ser responsáveis pelo mau desempenho dos alunos, sobretudo os surdos.

No que se refere as modificações arquitetônica para o atendimento da pessoa surda na escola ainda não observamos isso na sala de aula do aluno e muito menos na escola *lócus* de pesquisa. Em nenhum momento, percebemos ao longo da instituição, informações utilizando a língua de sinais para surdos, a LIBRAS. Esse fator é muito preocupante, uma vez que os gestores das escolas, de uma forma geral, acreditam que apenas disponibilizando a intérprete já asseguram a inclusão do surdo na escola.

¹ Utilizamos um nome fictício para nos referirmos ao *lócus* de pesquisa.

Isso fica muito evidente ao localizarmos no PPP uma discussão ressaltando que as condições necessárias para que o aluno surdo esteja incluído na escola é a garantia do seu processo de ensino e aprendizado partindo da participação da intérprete. Em nenhum momento, esse documento norteador cita que mudanças arquitetônicas na escola devem ser realizadas para garantir a inclusão desse aluno por completo no ambiente escolar. Além disso, o PPP (Projeto Político-Pedagógico) de uma maneira geral, ainda encontra-se desatualizado e em poucos momentos faz referências a inclusão do aluno com outros tipos de deficiência na escola.

Com relação a questão da acessibilidade, o PPP da escola enaltece que desde o ano passado a um investimento nesse quesito, houve a construção da sala multifuncional, que está tem a sua própria proposta. O PPP é atualizado todos os anos em busca de estar sempre melhorando todos os quesitos, inclusive esse da inclusão. A mesma está basicamente se iniciando nesse ano corrente, com a construção da sala multifuncional, mas em 2011 a escola já possuía duas intérpretes de libras e no ano passado foram construídas rampas de acessibilidade.

Em meio a isso, entendemos o Projeto Político-Pedagógico (PPP) é componente do planejamento escolar exigido, por lei, a todas as escolas públicas e privadas do território nacional. Sua prescrição, atualmente, encontra-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, cuja redação assim se desenha: “Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I - elaborar e executar sua proposta pedagógica”. (LDBEN, nº 9394/96, no Art. 12). Deste modo, toda e qualquer escola do imenso composto geográfico brasileiro pode e deve (seguindo a determinação da Lei) elaborar com a sua comunidade escolar o seu PPP (CAETANO e DIÓGENES, 2014).

A escola ainda conta com uma sala multifuncional, que ainda não localizamos presente no PPP da instituição, lá percebemos que os alunos surdos são atendidos em contra turno. Darcy, Prioste e Machado (2006) esclarecem que o atendimento educacional especializado por sua vez é muito importante para o progresso na aprendizagem do aluno com deficiências na sala de ensino regular, pois beneficia as particularidades de cada aluno, e ainda ajuda a desenvolver sua vida escolar, pessoal e social favorecendo, assim sua inclusão na escola, principalmente dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Em meio a isso, o aluno com deficiência auditiva tem 33 (trinta e três) anos e é completamente surdo. Na sala de aula, ele é auxiliado por uma intérprete de LIBRAS que vem acompanhando o seu desenvolvimento no decorrer de 5 (cinco) anos. A autora Marcon (2012) lembra que o tradutor/intérprete de Libras é o profissional que interpreta e traduz a mensagem

de uma língua para outra de forma precisa, permitindo a comunicação entre duas culturas distintas. Ele possui, assim, a função de intermediar a interação comunicativa entre o surdo e a pessoa que não usa a Libras.

Em meio a isso, diante conversação com essa profissional, a questionamos com relação a origem de tal diagnóstico de surdez do aluno deficiente, a intérprete comentou que ele já nasceu com essa deficiência, ela ainda lembra que a mãe do aluno sofreu uma queda durante à gestação, caindo sobre o feto em desenvolvimento. Logo após isso, desde sempre, percebeu-se que o pequeno garoto era diferente dos demais, uma vez que não conseguia se comunicar com os demais colegas.

De acordo com Redondo (2014), em muitos casos, a ocorrência mais frequente de perda da audição está relacionada com a gravidez, uma vez que existe ocorrência de histórico de partos com complicações, bem como manifestação de doenças maternas no período próximo ao nascimento da criança que podem inviabilizar a identificação dessa causa, por isso, cerca de 50% (cinquenta por cento) dos casos de origem da deficiência auditiva não são identificados.

Durante a sua vida, esse aluno com necessidades educacionais especiais sempre teve acompanhamento terapêutico e pedagógico, uma vez que foi aluno da de instituições especializadas, e frequentou salas de recursos multifuncionais. De acordo com Neves (2010), esses ambientes são conhecidos como instituições especializadas que visam a centralização da concepção médico-pedagógico no processo de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência, esse modelo é alvo de fortes críticas por acreditarem que visam a segregação, movimento contrário ao da inclusão. E o que você pensa sobre isso? E o que diz a literatura sobre essa sua visão?

Ao longo do seu desenvolvimento, ele encontrou diversos problemas de aprendizado, como lembra a intérprete, ela confidenciou que o aluno apenas foi alfabetizado na escola regular, no ensino médio, no caso, uma vez que até então, ele não era acompanhado pelo seu trabalho.

Com relação a isso, como pudemos observar no tópico anterior, o aluno com deficiência auditiva pode ser atendido no ambiente escolar partindo de três princípios: o oralismo, a comunicação total e o bilinguismo. Percebemos, durante nossa estadia que o trabalho de inclusão na escola se enquadrava dentro dos princípios do bilinguismo, uma vez que o aluno apresentava um domínio muito perceptível na Libras e também entendia a Língua Portuguesa perfeitamente, na modalidade escrita.

Segundo Redondo (2014), o surdo dispõe de uma língua própria, com regras específicas, a Língua de Sinais Brasileira (LSB), os deficientes que adotam essa língua valorizam sua fala através do uso de sinais, levando em conta que é uma fala diferente, e valorizam também seu direito de usar recursos variados para se comunicar, na busca de uma melhor participação social.

Com relação a sua aprendizagem em sala de aula, a intérprete comentou que ele apresenta dificuldades, as notas dele oscilam bastante, mas ela, pessoalmente, não vê isso como um problema referente especificamente ao processo de ensino e aprendizagem mediado via Libras, mas, por uma dificuldade própria de entender determinados conteúdos. Para enaltecer seu argumento, ela se defende, comentando que o aluno apresenta dificuldades em Matemática, Química e Física, as mesmas disciplinas que os demais discentes também apresentam problemas para acompanhar.

Apesar disso, a intérprete nos confidenciou que, em suas observações, notou que ele se interessa mais pelos conteúdos quando eles ultrapassam a dimensão da linguagem por Libras. Ela lembrou que em certo dia o aluno fez uma avaliação prática que tinha como objetivo que o aluno com deficiência ressaltasse as estruturas que compunham a célula, a intérprete comentou que essa foi a prova que ele mais se saiu bem, entretanto ela reconhece que a grande carga horária do professor é um fator que atrapalha isso, uma vez que esses profissionais do ensino não podem planejar aulas e materiais específicos voltados para o aluno com deficiência auditiva.

Essa preocupação com o visual também é evidente nos estudos da Fortes (2014), uma vez que essa pesquisadora enaltece não apenas a questão do bilinguismo no processo de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência auditiva, mas a utilização de recursos visuais como por exemplo, o uso de CD-ROM em LIBRAS, material concreto, literatura em Libras, Dicionários em Português/LIBRAS, fotos, imagens, filmes em libras ou legendados, slides.

Isso ficou muito evidente nas nossas observações, uma vez que o professor responsável pelas aulas nas quais estivemos presentes observando, não se preocupou em trazer nenhum tipo de material visual para facilitar o entendimento do aluno. Também notamos um distanciamento dos agentes que compõe o processo de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência, isso foi muito preocupante, uma vez que é essencial que professor, intérprete e aluno estejam entregues nesse intuito.

Por fim, com relação ao comportamento dele na sala de aula, a intérprete comentou que ele é um aluno exemplar, sempre chega no horário correto, respeita o professor, os outros

colegas de sala e os funcionários da escola. Ela discorreu a respeito do compromisso dele em sempre participar das atividades extra sala de aula.

Pelo que notamos, o aluno observado apresenta uma surdez de nascença, pois, o mesmo não consegue pronunciar nenhuma palavra. Além disso, vimos um homem deficiente totalmente inserido no processo de ensino e aprendizagem, participando ativamente de todas as atividades propostas pelo corpo de professores da escola. Apesar disso, constatamos também a (in)eficiência da estrutura arquitetônica da escola e a pouca habilidade do professor ministrante em adaptar o conteúdo a necessidade do aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o que vivenciamos e percebemos subjetivamente no decorrer dessa investigação, percebemos que a deficiência auditiva se configura como um comprometimento das funções sensoriais e auditivas de um indivíduo. Esse comprometimento obedece a uma escala que varia desde a sensibilidade, à perda total da audição.

Partindo desse pressuposto, nos propusemos a vivenciar a realidade de uma escola pública na qual um aluno com deficiência auditiva está inserido, para isso, observamos o processo de ensino e aprendizagem desse aluno em uma turma do 3º (terceiro) ano do ensino médio com intuito de captar, a partir dos sentidos e senso crítico, as relações existentes entre professor, intérprete e aluno no contexto da sala de aula.

Os resultados nos mostraram que a estrutura da escola não se apresenta totalmente apta a receber o aluno com deficiência, uma vez que percebemos a (in)existência de vários componentes básicos para o processo de ensino e aprendizagem do deficiente de uma forma geral.

No que se refere ao aluno com deficiência observado, percebemos que ele já nasceu com esse comprometimento, apesar da intérprete relacionar sua surdez a uma possível queda de sua mãe na gestação, o diagnóstico é considerado como “causa indefinida”. Pelo que vimos, ele encontra-se bastante sociável a sala de aula e o seu relacionamento com os colegas é bastante proveitoso.

Pensar o aluno com deficiência auditiva incluído no contexto escolar nos parece algo, de primeira vista, inesperado, uma vez que ao longo do processo histórico da humanidade essas pessoas foram excluídas não apenas do contexto escolar, mas da sociedade. Ao vivenciar, na prática, tal acontecimento, refletimos sobre várias questões que nos deportam para o passado, o futuro e o presente.

Se até então, o problema de segregação do surdo parece ter sido vencido, pelo menos no contexto do processo de ensino e aprendizagem da sala observada, ainda nos deparamos com alguns problemas que precisam ser resolvidos, como por exemplo, as adaptações arquitetônicas na escola e a falta de adaptações do material pedagógico do professor para ser trabalhado com o aluno.

Sendo assim, não é apenas inserindo um intérprete que o aluno com deficiência terá garantia que o seu processo de aprendizagem será efetivado, a escola precisa se adaptar a esse aluno, assim como os professores e os outros colegas. Por isso, defendemos uma inclusão completa, sistematizada, consciente e segura, por parte de todos os envolvidos.

Partindo desse princípio, enalteçamos a importância dessa pesquisa na nossa formação acadêmica, uma vez que nos auxilia em uma reflexão mais sistemática e consciente enquanto profissional do ensino e, sobretudo, como cidadãos. Além disso, a partir dessas ações empíricas, pudemos nos projetar enquanto futuros professores com intuito de refletir, a partir dessa pesquisa, sobre a prática mais condizente com as necessidades educacionais desses alunos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Denise de Oliveira; BARBOSA, Kátia Aparecida Marangon. **Experiências Educacionais Inclusivas: refletindo sobre o cotidiano escolar**. 2014. Disponível em: <http://www.more.ufsc.br/homepage/inserir_homepage>. Acesso em: 29 set. 2014.

BELTRAME, Mauria Bontorin; MOURA, Graziella Ribeiro Soares. **EDIFICAÇÕES ESCOLARES: : INFRA-ESTRUTURA NECESSÁRIA AO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM ESCOLAR**. Disponível em: <<file:///C:/Users/kaio/Downloads/3378-12398-1-PB.pdf>>. Acesso em: 08 maio 2014.

DARCY, Raíça; PRIOSTE, Cláudia; MACHADO, Maria Luisa Gomes. **10 questões sobre a educação inclusiva da pessoa com deficiência mental**. São Paulo: Avercamp, 2006.

CAETANO, Laudicéa Viane Cavalcante. DIÓGENES, Elione Maria Nogueira. **PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: DIÁLOGOS INTERCRUZADOS ENTRE VEIGA E VASCONCELLOS**. Disponível em: <<http://dmd2.webfactional.com/media/anais/PROJETO-POLITICO-PEDAGOGICO-DIALOGOS-INTERCRUZADOS-ENTRE-VEIGA-E-VASCONCELLOS.pdf>>. Acesso em: 12, set. 2014.

FORTES, Vanessa Gosson Gadelha de Freitas. **Deficiência Auditiva**. Disponível em: <http://ead.ifrn.edu.br/moodle/file.php/3002/Aula_08_-_Defici_ncia_Auditiva.pdf>. Acesso em: 11 set. 2014.

GRESSLER, Lori Alice. Conceitos básicos. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2007. p. 1-40.

INÁCIO, Wederson Honorato. **A INCLUSÃO ESCOLAR DO DEFICIENTE AUDITIVO: CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE EDUCACIONAL**. Disponível em: <<http://saci.org.br/imagens/textos/arqs/incluescolarsurdo.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2014.

MARCON, Andréia Mendiola. **O papel do tradutor/intérprete de Libras na compreensão de conceitos pelo surdo**. ReVEL, v. 10, n. 19, 2012.

MARIA CRISTINA DO REDONDO (Brasil). **Deficiência Auditiva**. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000345.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2014.

NEVES, Celi Correa. **As instituições especializadas e o movimento de inclusão escolar: intenções e práticas**. 2010. 158 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

REDONDO, Maria Cristina da F.; CARVALHO, Josefina Martins. **Deficiência Auditiva**. 2000. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000345.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2014.

SÃO PAULO. **Referencial sobre Avaliação da Aprendizagem de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais**. 2007. Disponível em: <http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Documentos/BibliPed/EdEspecial/Referencial_Avaliac_aoAprendizagem_NecessidadesEspeciais.pdf>. Acesso em: 29 set. 2014.

VERDU, Ana Cláudia Moreira Almeida; SOUZA, Deisy das Graças de; BEVILACQUA, Maria Cecília. Aprendendo a ouvir: aspectos da avaliação e ensino em surdos pré-linguais usuários de implante coclear. In: MENDES, Enicéia Gonçalves; ALMEIDA, Maria Amélia; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. Temas em educação especial: conhecimentos para fundamentar a prática. Araraquara, SP: Junqueira&Marin; Brasília, DF: CAPES-PROESP, 2008.

